



ATA N.º 56

11-12-2019

Handwritten signatures in blue and purple ink, including the name 'Noel' and 'Grilo'.

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente da Câmara Francisco Xavier Candeias Fitas, realizou-se a quinquagésima sexta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Faltou a esta reunião o Sr. Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português por se encontrar no estrangeiro, integrando uma delegação da EPC, em representação do Município. -----

Participaram também nos trabalhos a Chefe da Unidade de Administração e Finanças Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2019: € 172 562,78. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

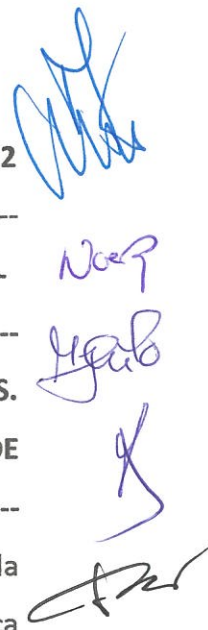
Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, que autorizou, a pedido da Escola Profissional de Cuba, a cedência do Pavilhão Multiusos e a emissão de uma licença especial de ruído para a realização de uma festa da Associação de Estudantes que decorreu no dia 06/12/2019, no período compreendido entre as 21h e as 04h00 do dia seguinte. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ----

2. GRUPO CORAL BAFOS DE BACO. COMEMORAÇÃO DO 4.º ANIVERSÁRIO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL, PAVILHÃO MULTIUSOS E MATERIAL, A TÍTULO GRATUITO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita o Grupo Coral Bafos de Baco, a cedência do Centro Cultural, do Pavilhão Multiusos e de diverso material, a título gratuito, nos dias 27 e 28 de dezembro de 2019, para a realização do 5.º Aniversário do Grupo, bem como isenção de pagamento de taxas decorrentes da emissão das licenças por parte do município. -----

Ao abrigo do disposto no art.º 1.º ponto 3, Cap. I do Código de Posturas e Regulamentos do Município de Cuba, as instalações poderão ser cedidas para casamentos, festas ou outras iniciativas, desde que essa utilização não prejudique a actividade referida no n.º 2 e não deteriore as instalações, sendo que, com base no artigo 2.º do Capítulo I, alínea 7



do mesmo regulamento, a taxa de utilização custeará as despesas inerentes ao funcionamento, conservação e manutenção das instalações, bem como do equipamento nelas existentes. -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “*criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal*”. -----

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, as associações culturais, desde que legalmente constituídas pelas atividades que se destinem direta e indiretamente à realização dos seus fins estatutários. -----

As taxas previstas em tabela são as seguintes: -----

Utilização do pavilhão multiusos, por cada dia – € 256,76 -----

Licença de ruído - cada dia € 17,39. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 170/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) Ceder o Pavilhão Multiusos, o Centro Cultural e o material solicitado; -----

b) Emitir, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo nº 15 do D.L. 09/2007 de 17 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, as licenças especiais de ruído até às 4,00 horas; -----

c) Isentar do pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba. -----

3. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita a GNR, a emissão de licença especial de ruído das 20,00h do dia 14 de dezembro

Noel

Ger. b

até às 2,00 horas do dia seguinte, para realização de um jantar de Natal no Pavilhão Multiusos de Faro do Alentejo, bem como a isenção do pagamento de taxas. -----

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

Relativamente ao pedido de isenção de taxas o mesmo não tem enquadramento no Regulamento Municipal de Taxas e Preços pelo que deverá ser a Câmara a decidir sobre o assunto. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a licença Especial de ruído para o horário pretendido, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo nº15 do D.L. 09/2007 de 17 de Janeiro, na redação do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08 e isentar em 50% o valor das taxas devidas nos termos do n.º 4 do art.º 5.º do respetivo Regulamento. -----

4. COMISSÃO DE FESTAS DE FARO DO ALENTEJO. PEDIDO DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Comissão de Festas de Faro do Alentejo, a cedência de diverso material, a emissão licença de recinto improvisado, para a realização de uma tourada no próximo dia 28 de dezembro de 2019, das 15,00h até às 20,00 horas, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

(1) Ceder o material solicitado, -----

(2) Emitir, na sequência de vistoria prévia, da licença de recinto improvisado, de acordo com o disposto Decreto-lei 268/2009, de 29 de setembro, dado que o processo se encontra instruído com os documentos de junção obrigatória, que constam das alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 15.º do mesmo articulado, designadamente a apólice de seguro; -----

(3) Isentar em 50% o valor das taxas a pagamento, nos termos do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba. -----

Nor

5. DIOGO EMANUEL PERNIAL VASCO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL: RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º 2, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Diogo Emanuel Pernial Vasco, na qualidade de titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 52,99, em prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 169/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

6. GERTRUDES MARIANA MATEUS LOPES. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL: ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO, N.º 22-A, EM CUBA. --

Solicita a Sr.ª Gertrudes Mariana Mateus Lopes, na qualidade de titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 71,02, em prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 171/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

7. ANA PAULA ALMEIDA PAULO. CONSUMO EXAGERADO DE ÁGUA. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO. -----



Foi presente à Câmara um conjunto de informação proveniente dos serviços administrativos e serviços técnicos, relatando os factos e propondo uma solução para o consumo exagerado de água que se verificou no prédio urbano sito na Rua Cândido dos Reis, n.º 6, em Cuba. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, atendendo a que foi constatada avaria no contador, deliberou aceitar a proposta dos técnicos, aplicando o valor da tarifa do mesmo mês de 2018. -----

8. ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE BEJA. ANULAÇÃO DE VERBA PROTOCOLADA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 14/2019, da Subunidade de Ação Desportiva propondo a anulação da verba protocolizada com a Associação de Atletismo de Beja relativamente ao Grande Prémio Dr. Carlos Gradiz 2019, uma vez que a iniciativa não se realizou. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar aos serviços que procedam à anulação da verba. -----

9. IVONE NABAIS . PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO DE APROVEITAMENTO TURÍSTICO DO CONJUNTO DE HABITAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE APOIO, SITO EM HORTA DAS MANTEIGAS, ART.º 29, SECÇÃO E, DA FREGUESIA DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Vice-Presidente que deferiu a emissão da declaração de interesse municipal, que se transcreve, referente ao projeto em título, atendendo a que o prazo para submissão da candidatura terminou em 30 de novembro. ----

Declaração

“João Manuel Casaca Português, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Cuba, declara que, no âmbito da proposta de candidatura ao LINHA DE APOIO À VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DO INTERIOR, o Projeto de Aproveitamento Turístico do Conjunto de habitações e construções de Apoio, sito em Horta das Manteigas, art.º 29, secção E, da Freguesia de Cuba, tem todo o interesse para o desenvolvimento do concelho de Cuba, de-

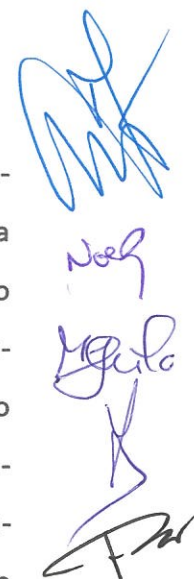
signadamente, a aposta na vertente do alojamento aspeto em que o concelho é deficitário; o contributo para a coesão económica e social do território, sobretudo por via da atração de visitantes identificados com o enoturismo a partir de um produto endógeno e identitário como é o vinho de talha e sobre o qual está em preparação uma candidatura a Património Imaterial da Humanidade; o interesse para as populações, bem como para a valorização do património: edificado e humano, retratado não só nos seus monumentos mas na marca mais identitária do concelho e do Alentejo – O CANTE – manifestação inscrita na lista representativa do Património Cultural e Imaterial da Humanidade no âmbito da UNESCO, até porque, por cá, dizemo-nos “Catedral do Cante”, não com uma postura altiva de quem acha que canta mais ou melhor, mas com a postura de quem aceita o Cante como herança e com a “crença” de quem tem o Cante como experiência quase religiosa, libertadora até.” -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

10. ARMÍNIA GODINHO E HERDEIROS. RECLAMAÇÃO SOBRE MAJORAÇÃO DE IMI. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 229/2019 do GMPC, que surge na sequência de uma reclamação apresentada pela Sr.ª Armínia Nicolina Esteves Ferro Godinho e Herdeiros, cujo teor se transcreve: -----

Na sequência do e-mail enviado pela Requerente que junto em anexo, datado de 06/11/2019 referente à reclamação apresentada pela Exma. Sra. Armínia Nicolina Esteves Ferro Godinho e Herdeiros, proprietária do imóvel sito, Rua do Exército, 6 e 6-A na Freguesia de Vila Ruiva, Concelho de Cuba, venho por este meio propor a retirada do Imóvel da listagem de projeto de proposta de agravamento de IMI, por o mesmo não se enquadrar na categoria de imóveis degradados conforme o estabelecido no CIMI, em vigor.



A Sr. Vereadora Noémia Ramos referiu que nos processos referentes às listagem dos imóveis, foram respeitados todos os critérios de avaliação de acordo com o CIMI.

Os Vereadores do PS disseram que vão votar contra não por não concordarem com a reclamação apresentada mas pelo facto de não se reverem nesta forma de trabalhar. Como disseram na última reunião e houve esse compromisso do Sr. Presidente todos estes processo deveriam ser revistos mesmo os que não reclamaram para averiguar se todos os procedimentos legais foram salvaguardados. *Foi esta a nossa proposta mas pelos vistos continua tudo na mesma.* -----

O Sr. Vice-Presidente respondeu que relativamente a esta situação *entendemos que na data em causa, em 2018, foi efetuada a avaliação e os técnicos comprovaram que a habitação em causa se encontrava degradada, no entanto, passado 1 ano, a mesma foi requalificada sem que estes serviços tivessem conhecimento, daí continuar a fazer parte da listagem inicialmente apresentada. Relativamente ao compromisso do Sr. Presidente, os técnicos estão neste momento a avaliar todo o processo tendo em conta as reclamações apresentadas. Como esta reclamação apareceu não quisemos de forma alguma deixar de dar uma resposta à requerente para solucionar a situação.*

O Sr. Vereador Luís Barriga disse que *pelas palavras do Sr. Vice-Presidente percebemos agora que a avaliação dos prédios de todo o concelho foi feita em 2018, embora não tenha sido isso que nos foi dado a entender no ano passado. Como em 2018 foi decidida a majoração do IMI na freguesia de Cuba foi nosso entendimento que a avaliação das outras freguesias seria feita no ano seguinte, ou seja, em 2019, o que pelos vistos não foi bem assim.* -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, deliberou retirar o imóvel da listagem de projeto de proposta de agravamento de IMI pelo facto de não se enquadrar na categoria de imóveis degradados. -----

11. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO/BEBIDAS DENOMINADO “ADEGA DO ARRUFA”, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a proposta do Sr. Presidente para abertura do procedimento em título: -----

Considerando que se encontra vago o estabelecimento de restauração/bebidas denominado "Adega do Arrufa"; -----

Considerando que se mantém o interesse na atribuição da exploração deste estabelecimento, como forma de dinamização do local e das respetivas infraestruturas, assim como no apoio à criação de uma nova atividade económica no concelho; -----

Proponho que, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara delibere a abertura de concurso público para atribuição do direito ao arrendamento comercial do estabelecimento de restauração/bebidas denominado "Adega do Arrufa", sito na Travessa das Francas, n.º 3, em Cuba, e aprove os respetivos programa de concurso e caderno de encargos, anexos. Mais proponho que o Júri de acompanhamento desse procedimento seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF; -----

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior. -----

Vogais suplentes: Vitor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior; -----

Hélder Manuel Caseiro, Técnico Superior. -----

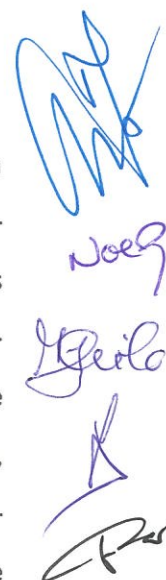
O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pela vogal Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta nos termos em que foi apresentada. -----

12. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO. APOIO PARA REFEIÇÕES ESCOLARES. ANO LETIVO 2019/2020. CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 33/2019, do SAE, dando conta de que foram apresentados 2 pedidos (1 do pré-escolar e 1 do 1.º ciclo), para o apoios em epígrafe. ---

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram



aceites, atendendo aos motivos apresentados (transferência de escola e necessidade do serviço de refeições por motivo de não compatibilidade de horários com o emprego da mãe). -----

São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º e 2.º escalões de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Assim, estes alunos enquadram-se no direito aos apoios em cantina, conforme quadros I (Educação Pré-escolar) e II (1.º Ciclo), anexos a esta informação. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 302,22€. Para o 1.º período os encargos financeiros para estas refeições são: 15,33€. ----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

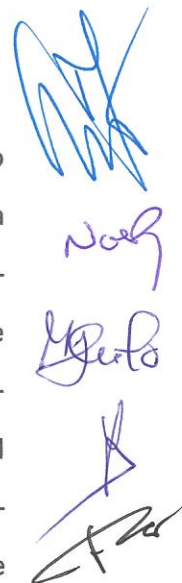
A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação, para ano letivo 2019/2020, deliberou aprovar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

13. ANTÓNIO FERRO FITAS. APOIOS SOCIAIS PARA ALIMENTAÇÃO -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 69/2019, do Serviço de Ação Social e Saúde, expondo a situação decorrente do pedido formulado pelo Senhor António Ferro Fitas, para que lhe seja concedido apoio para alimentação e gás. -----

Na sequência de tal situação, o pedido foi analisado por este serviço e em contacto com o Serviço Local de Segurança Social, articulou-se que a Câmara suportaria o apoio para alimentação, no valor de 50,00€, sendo que a cargo da Segurança Social ficariam algumas despesas gerais. -----

Desta forma, e de acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 2º, nos n.º 1, n.º 2 e n.º 3 do art.º 3º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14 do Regulamento de apoios Sociais em vigor na autarquia, sou a propor o apoio para



alimentação, no valor de 50,00€. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente nos termos propostos -----

14. INSCRIÇÃO PARA APOIOS SOCIAIS. -----

Foi presente à Câmara n.º 70/2019 do Gabinete de Ação Social e Saúde propondo o início ao processo de aceitação de candidaturas aos apoios sociais. O Regulamento para Apoios Sociais em vigor na Autarquia é elaborado de acordo com o disposto no Artº 241 da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do nº2 do artigo 53, alínea b) e c) do nº 4 e alínea a) do nº 6, ambos do artigo 64, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artigos 114 e seguintes do Código de procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua atual redação. -----

De acordo com o nº1 do artº 4º do capítulo I do Regulamento para Apoios Sociais em vigor na Autarquia, estabelece que o prazo de candidaturas para os apoios sociais deve decorrer durante o mês de Janeiro de cada ano, no entanto é de extrema importância que estas candidaturas decorram entre dia 16 de dezembro de 2019 a 15 de janeiro de 2020, para que se possa fazer a análise dos processos com a maior brevidade possível, para que os utentes possam usufruir destes apoios. -----

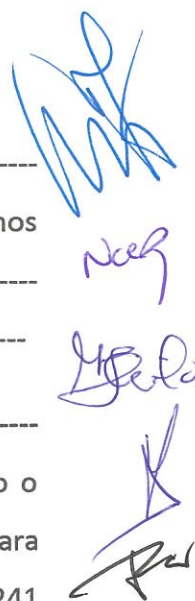
A Câmara, por unanimidade, deliberou dar início ao processo de receção das candidaturas estabelecendo para o efeito, o prazo de 16 de dezembro de 2019 a 15 de janeiro de 2020, conforme edital elaborado para a referida publicitação. -----

15. ALTERAÇÃO Nº 7 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2019 -----

Para efeito de execução orçamental do exercício de 2019 e porque a matéria em causa nos parece ser de importância, vimos trazer ao conhecimento da Câmara os factos que a seguir se descrevem, solicitando a melhor tomada de decisão sobre os mesmos, no sentido de ser dado cumprimento ao estipulado no Dec. Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

Modificações ao Orçamento -----

No ponto 8.3.1 do POCAL constam as diversas formas legalmente assumidas com vista à



modificação deste documento, ou, seja, as revisões e as alterações. -----

As revisões orçamentais têm lugar quando houver um aumento do valor global da despesa prevista, salvo se tratar de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou a entrada em vigor da nova tabela de vencimentos, casos em que a modificação assume a forma de alteração orçamental. Na revisão ao orçamento podem ser utilizadas, para além das anteriormente referidas, as seguintes contrapartidas: o saldo apurado da gerência anterior, o excesso de cobrança em relação á totalidade das receitas previstas no orçamento ou outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar. -----

A inscrição de novas rubricas da despesa no orçamento, de novos projetos ou ações a nível das GOP'S resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma revisão orçamental. -----

Os reforços de dotações da despesa resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, consubstanciam-se em transferências inter-rubricas da despesa. -----

No que se refere à matéria de transferências inter-rubricas da despesa, mostra-se necessário explicitar determinados condicionantes: -----

- Dar cumprimento aos princípios orçamentais e regras previsionais adequados à matéria em causa; -----

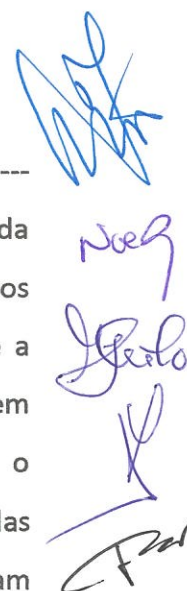
- Destrinça e referência das transferências entre contas orçamentais, aceitáveis no âmbito das alterações, a ter em consideração: -----

Situação que se mostra pacífica, entre rúbricas da despesa corrente (origem) e as de capital(destino); -----

Situação limitada e de carácter excecional, na relação entre a conta de capital (origem) e as de natureza corrente (destino). -----

Face ao exposto, uma autarquia, desde que cumpra as regras previsionais e os princípios orçamentais estabelecidos pelo POCAL, designadamente o princípio corrente, pode, através de uma alteração orçamental, reforçar dotações de despesa por diminuição ou anulação de outras dotações de despesa. -----

Assim, é pacífico, proceder ao reforço de dotações de capital por diminuições de dotações correntes, o que não é porém extensivo quanto ao reforço de dotações das despesas correntes pela diminuição das de capital, sempre que o princípio do equilíbrio



orçamental de natureza corrente for por força dessa modificação violado. -----

Respeitando o princípio do equilíbrio orçamental, previsto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, a anulação de verbas da despesa de capital para reforço da despesa corrente não é correta, não se revelando uma boa regra de gestão na medida em que se traduz num desinvestimento, contudo, poderá, em situação limite e devidamente justificada, ocorrer sem se verificar desinvestimento. -----

É o caso de uma autarquia local que, a meio do exercício, se decida por executar um dado projeto, inicialmente previsto realizar por empreitada, por administração direta, o que não é o caso. -----

De acordo com a alínea b) do artigo único do decreto-lei nº84-A/2002, as previsões de valor de receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações; -----

Na alteração n.º7, os reforços no orçamento da despesa ocorreram p/ fazer face à assunção de novos compromissos. A nível do pessoal foram efetuados alguns ajustamentos. A nível da receita, o reforço ocorreu face à aprovação de um apoio financeiro para acompanhamento técnico-1º direito-Estratégia local de habitação -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/2- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um aquecedor a óleo;

02 244 2002/31- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de contadores de água;

04 430 2015/5 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de materiais para a requalificação da entrada de Vila Alva ; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2011/5002 ação 3- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos;

02 211 2004/5003 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de materiais para o ATL (Escola de Vila Alva); -----

02 212 2014/5004 - O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com os transportes escolares; -----

02 212 2014/5009- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com a fruta escolar (pré-escolar); -----

projeto; -----

02 232 2014/5002 ação 6- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo (4º trimestre de 2019); -----

02 251 2002/5031 ação 8- O reforço ocorreu para fazer face a retificação de classificação (transferência entre rubricas); -----

02 251 2016/5001 ações 1 e 5- O reforço ocorreu para fazer face a retificação de classificação (transferência entre rubricas); -----

02 251 2016/5002 ações 1,2,3 e 4- O reforço ocorreu para fazer face a retificação de classificação (transferência entre rubricas); -----

02 251 2017/5003- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação; -----

03 320 2017/5004- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação do contrato de locação do sistema LED; -----

03 341 2002/5050 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a retificação de classificação (transferência entre rubricas); -----

03 342 2015/5012- O reforço ocorreu para fazer face a retificação de classificação (transferência entre rubricas); -----

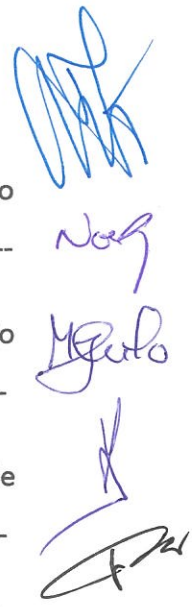
04 420 2002/5058 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com os protocolos; -----

04 420 2002/5061 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com as transferências p/ as Associações de Municípios. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou a alteração. -----

O Sr. Vereador Luis Barriga disse que desta vez os Vereadores do PS vão votar contra porque por duas vezes consecutivas a alteração que é proposta fere o princípio orçamental do equilíbrio. Estamos a reforçar despesa corrente com anulação de verbas de capital ainda com a agravante de existir um desvio negativo a recuperar. -----

O Vice-presidente disse que foi explicado pela Chefe da Unidade Administrativa e Financeira que a alteração em causa deve-se ao facto de necessidade de reforço de



rúbricas entre correntes e capital, situação excecional que já existiu em anos anteriores. Esta informação veio à Câmara apenas para ratificar tendo em conta o ajustamento em termos do sistema informático que já havia sido efetuado por despacho do Sr. Presidente. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião pelas 13,00 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Vice-Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,